

Boletim

2022

15 de julho

Estatísticas Fiscais do Governo Geral

1º Trimestre de 2022

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário-Executivo do Ministério da Economia

Marcelo Pacheco dos Guaranys

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento

Esteves Pedro Colnago Junior

Secretário Especial Adjunto do Tesouro e Orçamento

Julio Alexandre Menezes da Silva

Secretário do Tesouro Nacional

Paulo Fontoura Valle

Secretária Adjunta do Tesouro Nacional

Janete Duarte Mol

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal

David Rebelo Athayde

Coordenador Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenador de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenador Substituto de Suporte às Estatísticas Fiscais

Fernando Cardoso Ferraz

Equipe Técnica

Karla de Lima Rocha

Luciana de Almeida Toldo

Vitor Henrique Barbosa Fabel

Arte

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

Viviane Barros e Hugo Pullen

Informações

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

Telefone: (61) 3412-1843

Correio eletrônico ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Última alteração: 15 de julho de 2022

Sumário

1. Receita do Governo Geral	9
2. Despesa do Governo Geral.....	11
3. Notas Metodológicas.....	15
3.1. Apresentação	15
3.2. Abrangência	15
3.2.1. Governo Central	16
3.2.2. Governos subnacionais (estados e municípios).....	16
3.3. Fontes e metodologia	16
3.3.1. Bases de dados	16
3.3.2. Base de registro	17
3.3.3. Consolidação.....	18
3.4. Indicadores GFS.....	18
3.4.1. Demonstrativo de Operações	18
3.4.2. Demonstrativo de Operações de Caixa	19
3.5. Revisões.....	19
3.6. Comparações com outras estatísticas fiscais.....	21
3.7. Fontes externas e publicações relacionadas	22

Lista de Gráficos e Tabelas

Tabela 1 - Demonstrativo de operações do Governo Geral – Brasil - 1º Trimestre de 2022	6
Tabela 2 - Demonstrativo de operações do Governo Geral – Brasil – 2021/2022	6
Tabela 3 - Demonstrativo de operações do Governo Geral – Brasil - 1º Trimestre de 2022	8
Tabela 4 - Demonstrativo da receita do Governo Geral – Brasil - 1º Trimestre de 2022.....	9
Tabela 5 - Demonstrativo da receita do Governo Geral – Brasil – 2021/2022	9
Tabela 6 - Demonstrativo da despesa do Governo Geral – Brasil – 1º Trimestre de 2022.....	11
Tabela 7 - Demonstrativo da despesa do Governo Geral – Brasil – 2021/2022	11
Gráfico 1 - Necessidade de financiamento líquida por esfera de governo – 2021/2022	7
Gráfico 2 – Receita e despesa do Governo Geral – 2021/2022	7
Gráfico 3 - Evolução da receita por esfera de governo – 2021/2022	10
Gráfico 4 - Composição da receita do Governo Geral – 2021/2022	10
Gráfico 6 – Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - 2021/2022.....	12
Gráfico 5 - Evolução das despesas por esfera de governo - 2021/2022	12
Gráfico 7 - Composição do gasto do Governo Geral - 2021/2022	13
Gráfico 8 - Evolução do investimento líquido por esfera de governo - 2021/2022.....	13
Gráfico 9 - Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF ¹) do Governo Central – 2022.I.....	14

Resultado do 1º Trimestre de 2022

Sumário Executivo

No 1º trimestre de 2022, a capacidade líquida de financiamento do Governo Geral alcançou 1,0% do PIB, ante 3,0% do PIB no mesmo período do ano anterior. Esse resultado se deve ao aumento nominal de 24,7% da despesa do Governo Geral em relação ao mesmo período do ano anterior, parcialmente compensado pelo crescimento de 18,6% da receita.

Em termos de porcentagem do PIB, a receita aumentou 3,8 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de 42,8% para 46,6% do PIB no 1º trimestre de 2022. Essa elevação é explicada essencialmente pela melhora na arrecadação em 2022, com destaque para o aumento nos impostos sobre a renda, lucros e ganhos de capital (2,0 p.p. do PIB).

A despesa total do Governo Geral registrou 45,6% do PIB no 1º trimestre de 2022, o que representa um aumento de 5,8 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, quando alcançou 39,8% do PIB. Os gastos passaram de 40,5% do PIB no primeiro trimestre de 2021 para 46,1% do PIB no mesmo trimestre de 2022 enquanto o investimento líquido passou de um percentual negativo de 0,7% do PIB para um percentual negativo de 0,5% do PIB no mesmo período. No que se refere aos gastos, vale ressaltar que, à exceção das transferências, todos tiveram um aumento no 1º trimestre de 2022 quando comparados ao mesmo período de 2021, com destaque para o pagamento de juros (aumento de 3,2 p.p. do PIB) e gastos com benefícios sociais (1,4 p.p. do PIB).

O resultado do investimento líquido em ativos não financeiros, por sua vez, é explicado pelo aumento nominal da aquisição de ativos não financeiros (32,5%) e do consumo de capital fixo (9,0%).

A decomposição por esfera da capacidade de financiamento de 1,0% do PIB do Governo Geral indica que esse valor deriva dos resultados positivos dos Estados (2,0% do PIB) e municípios (2,4 % do PIB), ao passo que o Governo Central apresentou necessidade de financiamento de 3,4% do PIB no primeiro trimestre de 2022.

Tabela 1 - Demonstrativo de operações do Governo Geral – Brasil - 1º Trimestre de 2022

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	688.745	39.491	0	728.237	326.003	244.246	-249.680	1.048.807
d/q 1411. Juros	70.351	0	0	70.351	3.721	2.617	-16.318	60.371
2M. Despesa (2+31)	771.780	32.223	0	804.003	281.461	190.019	-249.680	1.025.803
2. Gasto	779.580	32.223	0	811.803	280.999	194.174	-249.680	1.037.296
d/q 23. Consumo de capital fixo	11.305	0	0	11.305	12.698	12.528	0	36.530
d/q 24. Juros	205.497	0	0	205.497	19.121	1.910	-16.318	210.210
31. Investimento líquido	-7.800	0	0	-7.800	462	-4.156	0	-11.493
Capacidade (+)/Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-83.034	7.268	0	-75.766	44.543	54.228	0	23.004
Capacidade (+)/Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411)-(2M-24))	52.112	7.268	0	59.380	59.943	53.520	0	172.844
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	3.685	0	0	3.685	13.139	n.d.	0	n.d.
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-79.530	7.268	0	-72.261	57.703	62.600	0	48.041
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-90.834	7.268	0	-83.566	45.005	50.072	0	11.511

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 15.

(1) Composto pelo Governo Central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 2 - Demonstrativo de operações do Governo Geral – Brasil – 2021/2022

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	2021.I	2022.I	Diferença	Var. %
1. Receita	884.278	1.048.807	164.529	18,61%
d/q 1411. Juros	44.548	60.371	15.823	35,52%
2M. Despesa (2+31)	822.528	1.025.803	203.275	24,71%
2. Gasto	837.174	1.037.296	200.122	23,90%
d/q 23. Consumo de capital fixo	33.509	36.530	3.021	9,02%
d/q 24. Juros	127.068	210.210	83.142	65,43%
31. Investimento líquido	-14.646	-11.493	3.153	-21,52%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	61.750	23.004	-38.746	-62,75%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411)-(2M-24))	144.271	172.844	28.573	19,81%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 15.

Gráfico 1 – Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo – 2021/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

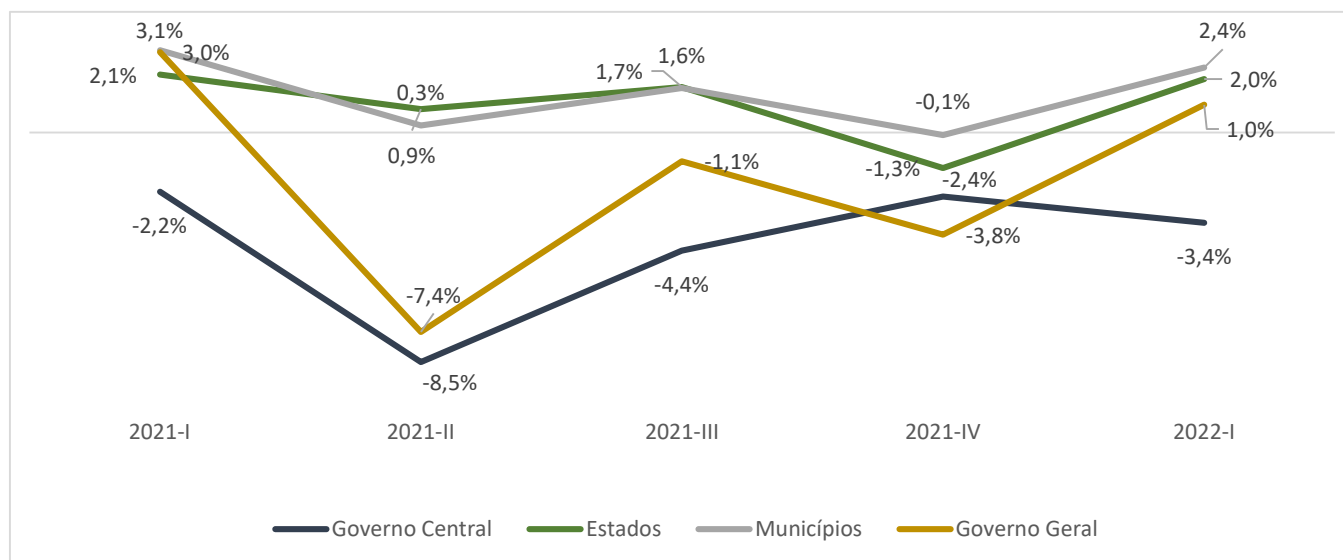


Gráfico 2 – Receita e despesa do Governo Geral – 2021/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

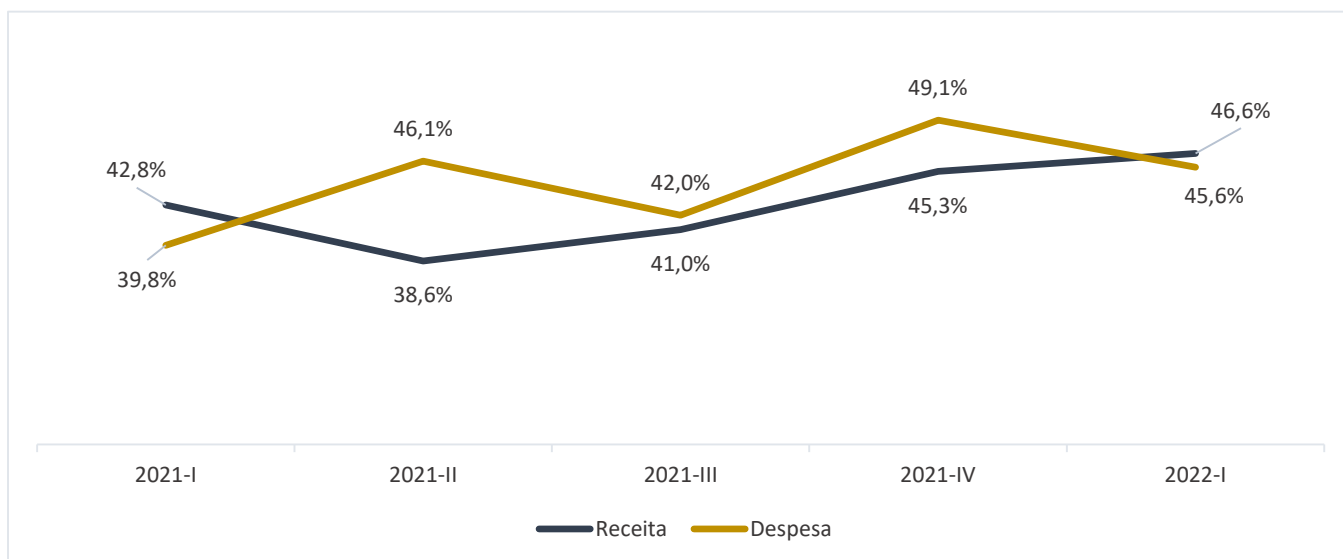


Tabela 3 - Demonstrativo de operações do Governo Geral – Brasil - 1º Trimestre de 2022

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentá rio	Extraorça mentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	30,6%	1,8%	0,0%	32,4%	14,5%	10,9%	-11,1%	46,6%
<i>d/q 1411. Juros</i>	<i>3,1%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>3,1%</i>	<i>0,2%</i>	<i>0,1%</i>	<i>-0,7%</i>	<i>2,7%</i>
2M. Despesa (2+31)	34,3%	1,4%	0,0%	35,7%	12,5%	8,4%	-11,1%	45,6%
2. Gasto	34,7%	1,4%	0,0%	36,1%	12,5%	8,6%	-11,1%	46,1%
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>0,5%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,5%</i>	<i>0,6%</i>	<i>0,6%</i>	<i>0,0%</i>	<i>1,6%</i>
<i>d/q 24. Juros</i>	<i>9,1%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>9,1%</i>	<i>0,9%</i>	<i>0,1%</i>	<i>-0,7%</i>	<i>9,3%</i>
31. Investimento líquido	-0,3%	0,0%	0,0%	-0,3%	0,0%	-0,2%	0,0%	-0,5%
Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento (1- 2M)	-3,7%	0,3%	0,0%	-3,4%	2,0%	2,4%	0,0%	1,0%
Capacidade (+)/Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411)-(2M-24))	2,3%	0,3%	0,0%	2,6%	2,7%	2,4%	0,0%	7,7%
Itens de memorando:								
<i>1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)</i>	<i>0,2%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,2%</i>	<i>0,6%</i>	<i>n.d.</i>	<i>0,0%</i>	<i>n.d.</i>
<i>2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)</i>	<i>-3,5%</i>	<i>0,3%</i>	<i>0,0%</i>	<i>-3,2%</i>	<i>2,6%</i>	<i>2,8%</i>	<i>0,0%</i>	<i>2,1%</i>
<i>3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)</i>	<i>-4,0%</i>	<i>0,3%</i>	<i>0,0%</i>	<i>-3,7%</i>	<i>2,0%</i>	<i>2,2%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,5%</i>

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 15.

(1) Composto pelo Governo Central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

1. Receita do Governo Geral

Tabela 4 - Demonstrativo da receita do Governo Geral – Brasil - 1º Trimestre de 2022

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	688.745	39.491	0	728.237	326.003	244.246	-249.680	1.048.807
11. Impostos	389.493	0	0	389.493	212.689	57.763	0	659.945
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	243.468	0	0	243.468	0	0	0	243.468
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	6.813	0	0	6.813	0	0	0	6.813
113. Impostos sobre a propriedade	91	0	0	91	33.058	29.449	0	62.598
114. Impostos sobre bens e serviços	124.042	0	0	124.042	179.631	28.313	0	331.987
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	15.079	0	0	15.079	0	0	0	15.079
116. Outros impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Contribuições sociais	160.295	39.491	0	199.787	24.094	11.640	0	235.521
13. Transferências / Doações	54	0	0	54	69.290	164.019	-233.362	1
14. Outras receitas	138.903	0	0	138.903	19.929	10.825	-16.318	153.340
1411. Juros	70.351	0	0	70.351	3.721	2.617	-16.318	60.371
14x. Demais	68.553	0	0	68.553	16.208	8.208	0	92.969

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 15.

(1) Composto pelo Governo Central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 5 - Demonstrativo da receita do Governo Geral – Brasil – 2021/2022

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	2021.I	2022.I	Diferença	Var. %
1. Receita	884.278	1.048.807	164.529	18,61%
11. Impostos	558.155	659.945	101.790	18,24%
12. Contribuições sociais	204.804	235.521	30.717	15,00%
13. Transferências / Doações	3	1	-2	-62,21%
14. Outras receitas	121.316	153.340	32.024	26,40%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 15.

Gráfico 3 - Evolução da receita por esfera de governo – 2021/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

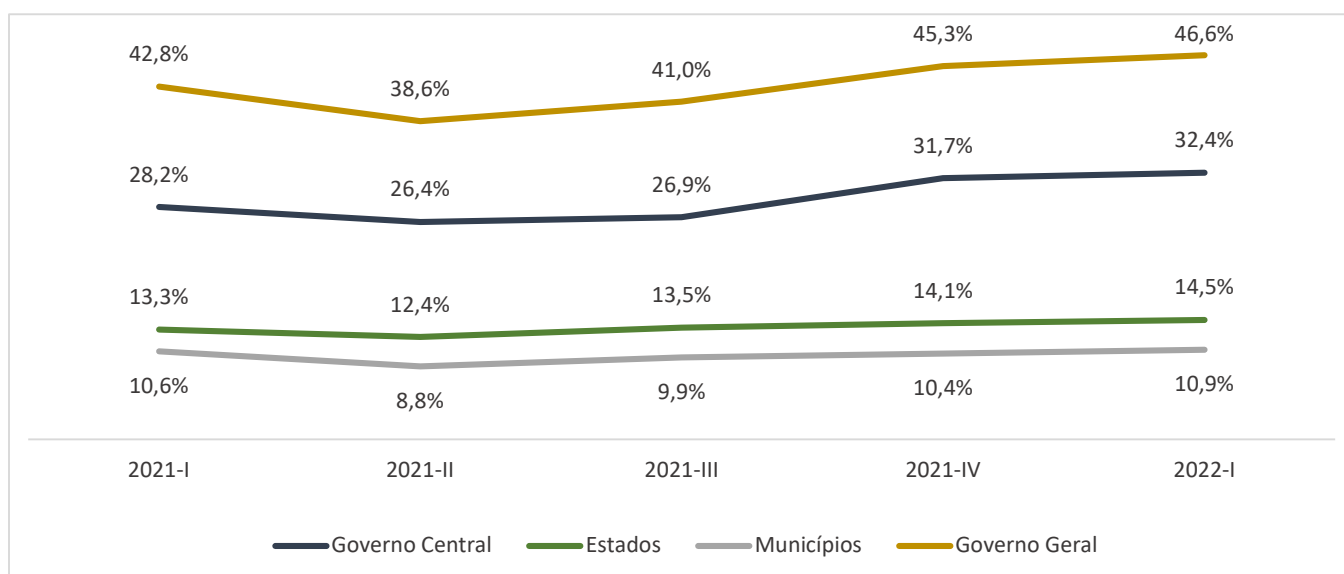
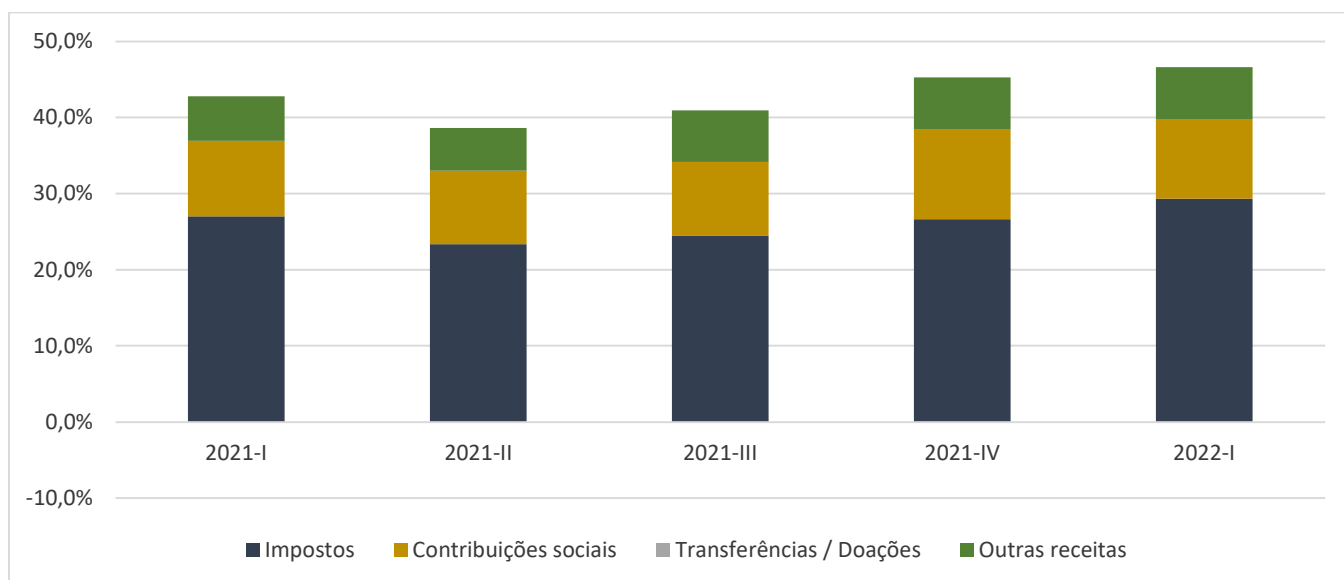


Gráfico 4 - Composição da receita do Governo Geral – 2021/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



2. Despesa do Governo Geral

Tabela 6 - Demonstrativo da despesa do Governo Geral – Brasil – 1º Trimestre de 2022

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
2M. Despesa (2+31)	771.780	32.223	0	804.003	281.461	190.019	-249.680	1.025.803
2. Gasto	779.580	32.223	0	811.803	280.999	194.174	-249.680	1.037.296
21. Remuneração de empregados	72.720	0	0	72.720	89.431	91.349	0	253.500
22. Uso de bens e serviços	13.985	0	0	13.985	30.620	56.837	0	101.442
23. Consumo de capital fixo	11.305	0	0	11.305	12.698	12.528	0	36.530
24. Juros	205.497	0	0	205.497	19.121	1.910	-16.318	210.210
25. Subsídios	4.682	0	0	4.682	317	251	0	5.250
26. Transferências / Doações	170.246	0	0	170.246	62.279	1.090	-233.362	254
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	290.855	32.223	0	323.078	53.370	16.677	0	393.125
28. Outros gastos	10.290	0	0	10.290	13.162	13.533	0	36.985
31. Investimento líquido	-7.800	0	0	-7.800	462	-4.156	0	-11.493
31.1. Aquisição de ativos não financeiros	3.989	0	0	3.989	13.242	8.536	0	25.766
31.2. Venda de ativos não financeiros	485	0	0	485	82	163	0	730
31.3. Consumo de capital fixo	11.305	0	0	11.305	12.698	12.528	0	36.530

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 15.

(1) Composto pelo Governo Central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 7 - Demonstrativo da despesa do Governo Geral – Brasil – 2021/2022

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	2021.I	2022.I	Diferença	Var. %
2M. Despesa (2+31)	822.528	1.025.803	203.275	24,71%
2. Gasto	837.174	1.037.296	200.122	23,90%
21. Remuneração de empregados	228.758	253.500	24.742	10,82%
22. Uso de bens e serviços	83.919	101.442	17.523	20,88%
23. Consumo de capital fixo	33.509	36.530	3.021	9,02%
24. Juros	127.068	210.210	83.142	65,43%
25. Subsídios	3.655	5.250	1.595	43,65%
26. Transferências / Doações	1.398	254	-1.145	-81,86%
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	331.495	393.125	61.630	18,59%
28. Outros gastos	27.371	36.985	9.614	35,12%
31. Investimento líquido	-14.646	-11.493	3.153	-21,52%
Aquisição de ativos não financeiros	19.453	25.766	6.313	32,45%
Venda de ativos não financeiros	590	730	139	23,61%
Consumo de capital fixo	33.509	36.530	3.021	9,02%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 15.

Gráfico 5 - Evolução das despesas por esfera de governo - 2021/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

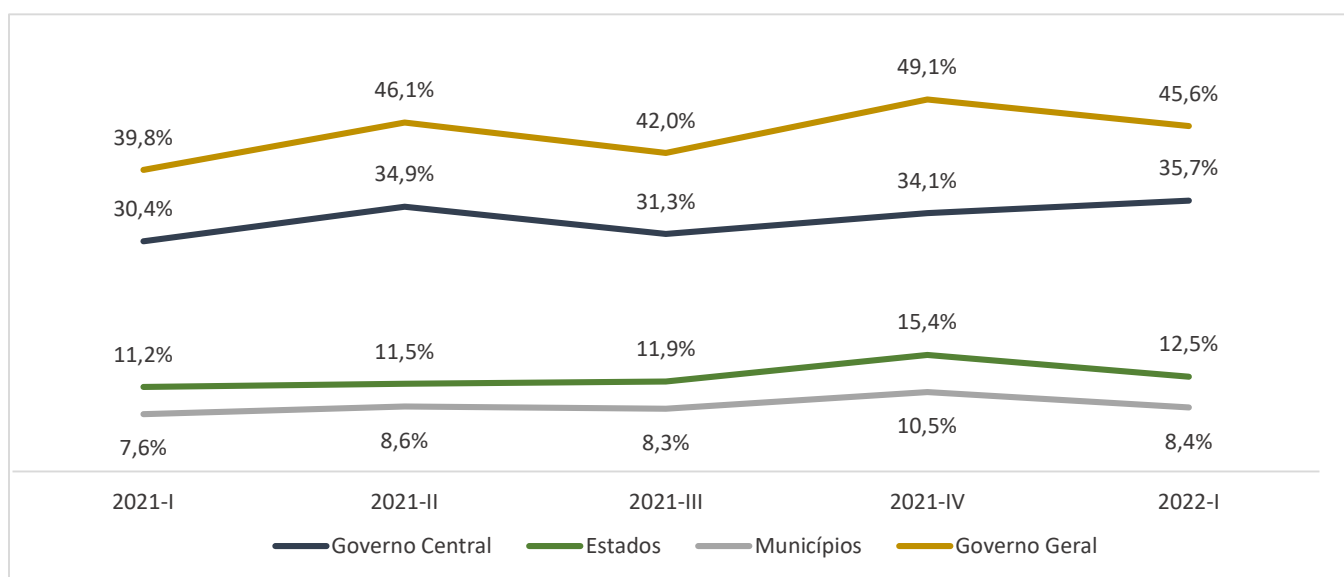


Gráfico 6 - Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - 2021/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

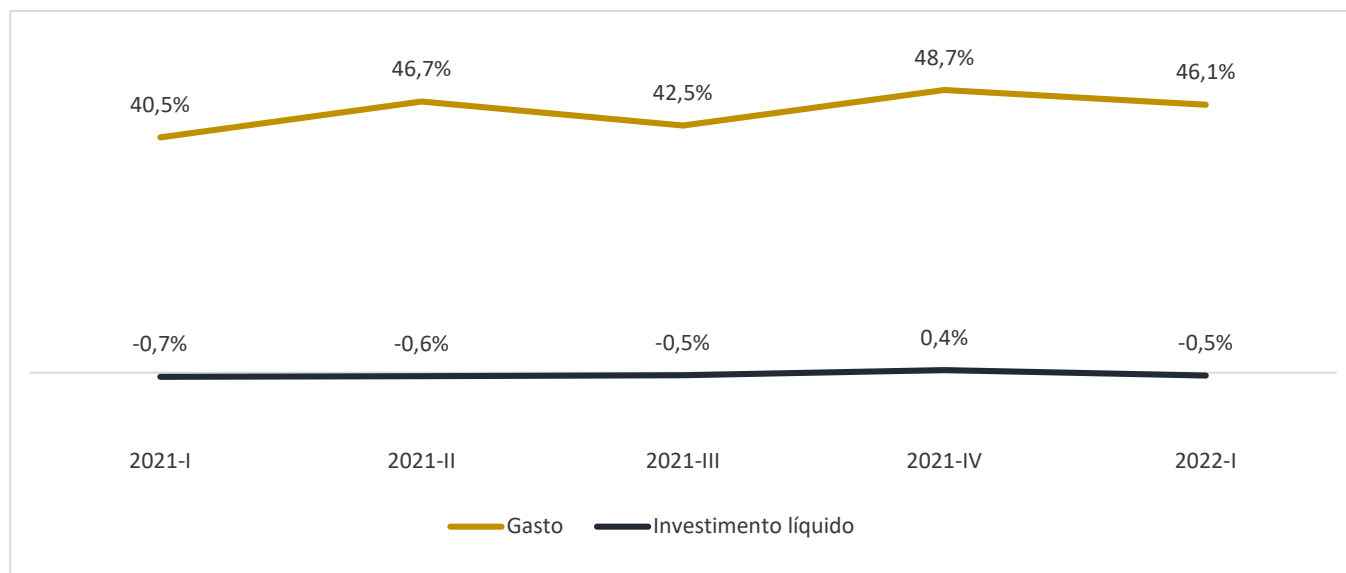


Gráfico 7 - Composição do gasto do Governo Geral - 2021/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

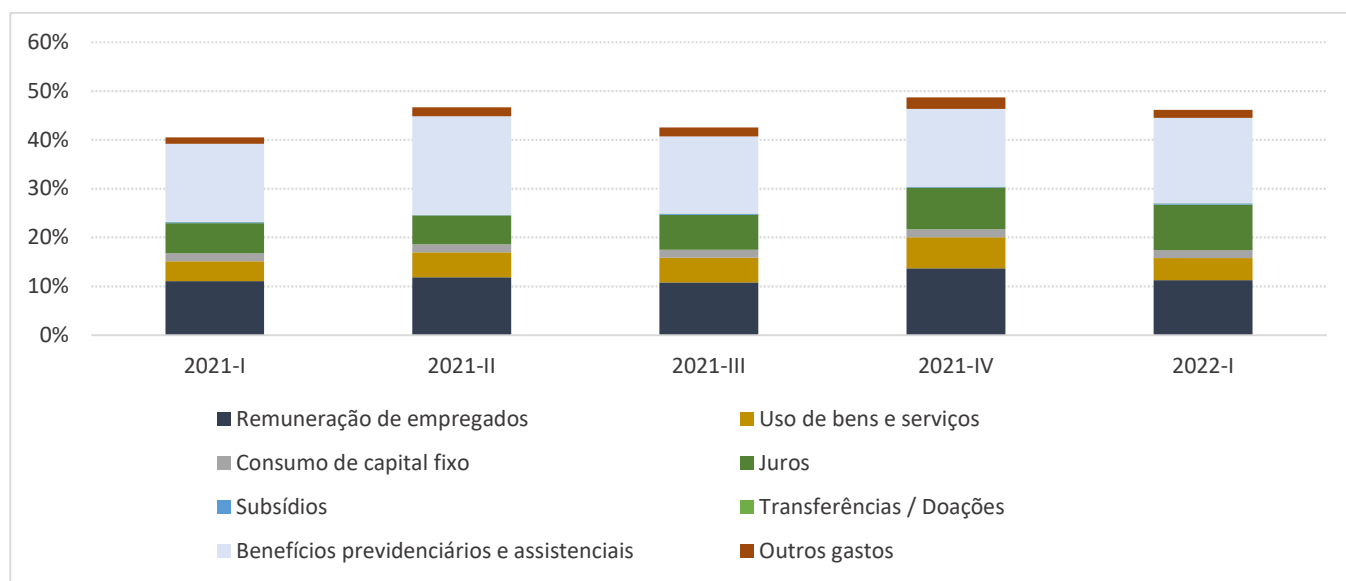


Gráfico 8 - Evolução do investimento líquido por esfera de governo - 2021/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

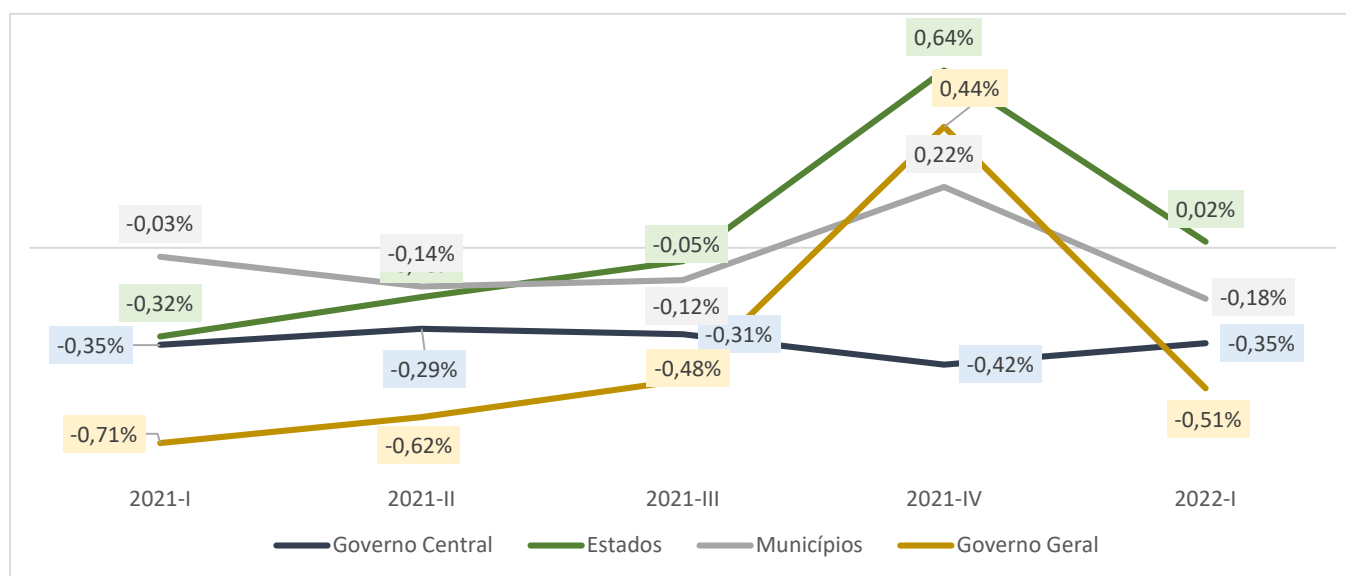
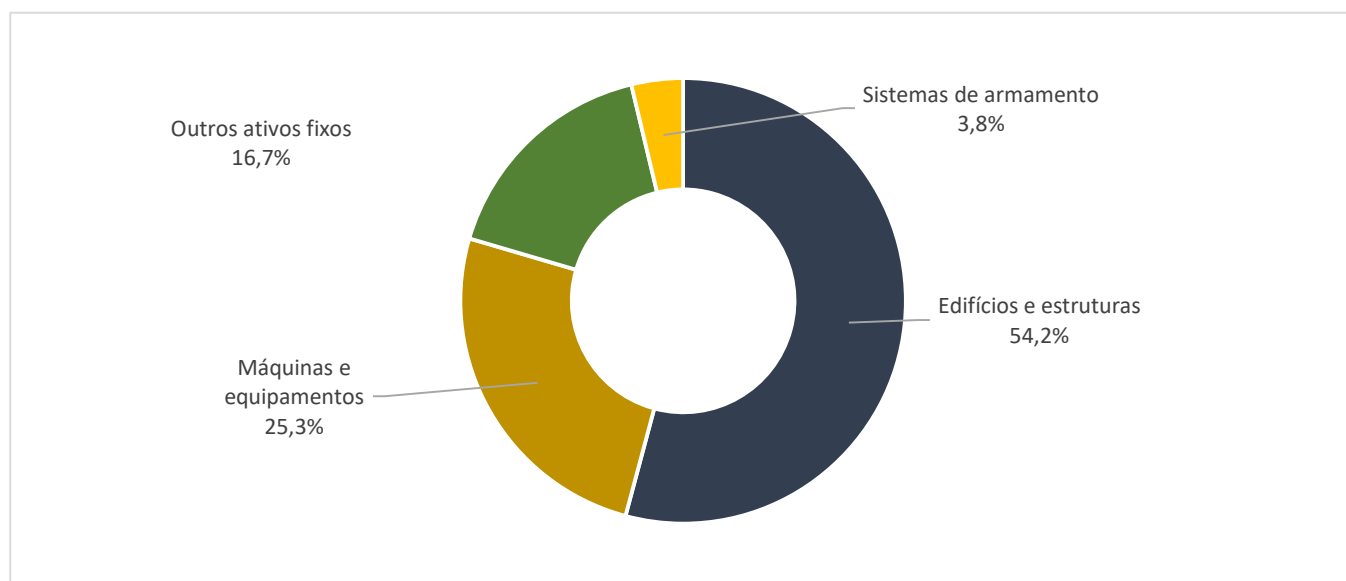


Gráfico 9 - Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF¹) do Governo Central – 2022.I

Dados em: % Total

Fonte: STN, IBGE e BCB



(1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

3. Notas Metodológicas

3.1. Apresentação

Este relatório apresenta as estatísticas de finanças públicas do Governo Geral (Governo Central, estados e municípios) com periodicidade trimestral. As informações aqui apresentadas são compiladas e apresentadas de acordo com a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*). Todas as estatísticas são apresentadas na estrutura do Demonstrativo de Operações, que é um resumo das transações do governo apresentando detalhes das receitas, despesas e investimento líquido em ativos não financeiros.

EFP (Estatísticas de finanças públicas) é um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

As informações são compiladas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre STN e IBGE e STN e IPEA, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil no sentido da convergência com os conceitos e metodologias estabelecidas pelo GFSM 2014 do FMI. Neste caso, o objetivo principal é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas.

Em virtude de questões metodológicas abordadas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas correspondem a uma estimativa das finanças do Governo Geral para o período em análise. Estes números serão revistos e substituídos ao longo dos próximos meses. Os dados definitivos serão apresentados na publicação anual “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”, com periodicidade anual.

3.2. Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional Governo Geral que compreende todas as unidades de governo (central, estadual e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

3.2.1. Governo Central

O Governo Central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras. Também são considerados dentro do Governo Central os dados do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fundo de natureza privada e gestão pública cujos recursos são aplicados nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana cuja principal fonte de receita é a arrecadação compulsória de contribuição a cargo dos empregadores; e o Fundo Remanescente do PIS/PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

3.2.2. Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos subnacionais obedece a mesma composição estabelecida para o Governo Central. Merece destaque a questão de Fundos de Previdência Social que conforme critério definido para o subsetor Governo Central, também são agregados aos respectivos entes.

3.3. Fontes e metodologia

3.3.1. Bases de dados

A fonte primária para a obtenção dos dados do Governo Central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Foram incluídos como partes integrantes do Governo Central as contas do FGTS e do fundo remanescente do PIS/PASEP, cuja base de informação são os levantamentos especiais de demonstrativos contábeis do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Já as fontes primárias para obtenção de dados dos estados, dos municípios e do Distrito Federal a partir de 2014 são a base de contas anuais e os relatórios bimestrais do FINBRA, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. A partir de 2019 os dados utilizados para os governos estaduais foram extraídos da Matriz de Saldos Contábeis, que consiste em uma grande massa de dados extraída pelos entes da federação diretamente dos seus sistemas contábil-financeiros e encaminhados ao Siconfi. Em casos específicos, foram realizadas consultas aos portais de transparência fiscal ou sítios das secretarias estaduais de fazenda para garantia da consistência das informações com as fontes de dados utilizadas.

Importante destacar que essa base de dados não cobre a totalidade dos municípios do País, uma vez que nem todos os municípios apresentam suas contas ou muitas vezes as apresentam somente aos Tribunais de Contas subnacionais. Além disto, trata-se de uma base informativa e, portanto, sujeita a várias

inconsistências como, por exemplo, o grande número de declarações nulas. Por estes motivos, foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes, tais como portais de transparência municipais.

A mesma lógica de ajuste acima descrita foi adotada na fonte primária dos dados de estados, apesar de nesse caso em especial não ter sido necessária a imputação dos dados faltantes, uma vez que a base primária dos Estados contempla todo o universo de interesse.

Para a construção da base de dados de estados e municípios com periodicidade trimestral foi realizado um acordo de cooperação com o IPEA para o desenvolvimento da metodologia adotada que tem como suas principais características o uso de técnicas estatísticas que: (i) estimam os valores de despesas e receitas da totalidade dos municípios; (ii) transformam os dados anuais em trimestrais; e (iii) estimam os trimestres recentes enquanto os dados anuais ainda não são publicados.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as informações de receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados destas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação, além dos dados de receitas e despesas de juros das fontes complementares do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo do Governo Geral e as contribuições sociais imputadas para o Governo Central foram calculadas e fornecidas pelo IBGE e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3.3.2. Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes. Cabe destacar ainda que às despesas liquidadas foram adicionados os

pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores de modo a se criar uma proxy do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O GFSM 2014 também inclui o Demonstrativo de Operações de Caixa no qual as estatísticas de fluxos devem ser apuradas no regime de caixa. Este demonstrativo tem como objetivo medir o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada.

3.3.3. Consolidação

Consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se uma única unidade fosse. Todas as transações cruzadas devem ser eliminadas para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros. Assim, para que possa ser feita uma análise no nível de cobertura de Governo Geral, deve ser realizada primeiramente a consolidação dos dados de Governo Central, estados e municípios de modo a gerar dados de Governo Geral em bases consistentes e sem duplicidade de valores. Para não incorrer em perda de informações analíticas, o MEFP 2014 recomenda a publicação dos dados das esferas em separado e na forma consolidada.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Um passo anterior à consolidação final diz respeito ao tratamento da discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais. Essa discrepância é ajustada proporcionalmente nos valores de receita de transferências dos governos regionais, de modo a igualar os fluxos de receitas e despesas de transferências. Posteriormente, com o intuito de manter os valores da receita total dos entes, o valor incluído nas transferências é deduzido de outras receitas. Assim, a premissa adotada foi a de que não deve haver impacto fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

3.4. Indicadores GFS

3.4.1. Demonstrativo de Operações

Dois importantes resultados analíticos derivam do Demonstrativo de Operações do Governo. São eles:

a) Resultado Operacional Líquido: corresponde a receita menos despesa. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo e capta todos os custos correntes de operações governamentais. Deve-se notar que o resultado operacional líquido, tal como definido aqui, exclui ganhos e perdas resultantes de variações dos níveis de preço e outras variações do volume de ativos.

b) Resultado Operacional Bruto: difere do resultado operacional líquido por não incluir o consumo de capital fixo como despesa.

c) Capacidade / necessidade líquida de financiamento: corresponde ao resultado operacional líquido deduzido da aquisição líquida de ativos não financeiros. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Pode, portanto, ser visto como indicador do efeito financeiro da atividade governamental sobre o resto da economia. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de capacidade / necessidade líquida de financiamento primária.

3.4.2. Demonstrativo de Operações de Caixa

O Demonstrativo de Operações de Caixa evidencia a quantia total de caixa gerada ou absorvida por operações correntes; transações com ativos não financeiros; e transações envolvendo ativos e passivos financeiros distintos do próprio caixa. A variação líquida da posição de caixa do governo é a soma do caixa líquido recebido dessas três fontes. As informações a respeito das fontes e usos de caixa são importantes para se avaliar a liquidez do setor Governo Geral. O indicador fornecido por este demonstrativo é:

a) Superávit / Déficit de caixa: é um indicador que evidencia a necessidade de fluxo de caixa de um setor. Quando é superavitário reflete a disponibilidade de caixa que está disponível para o governo para aumentar seus ativos financeiros ou diminuir o seu passivo. Quando é deficitário, reflete a necessidade de caixa do governo. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de superávit / déficit de caixa primário.

Embora o Demonstrativo de Operações de Caixa não esteja disponibilizado neste boletim, seus dados estão disponíveis a partir do portal do Tesouro Nacional, no seguinte endereço:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

3.5. Revisões

As revisões serão realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

Principais revisões/alterações metodológicas:

Em 2017 foi realizado ajuste metodológico em relação ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional Distrito Federal - FCDF que, anteriormente, era incorporado nas despesas do Governo Central. Os valores das despesas do FCDF passaram a ser registradas no âmbito dos governos estaduais, com o correspondente registro de transferência do Governo Central.

Em 2018 foi incluído o tratamento para despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que passam a ser incorporadas como transferência de capital às famílias (despesa do Governo Central orçamentário), correspondente ao índice de inadimplência da carteira (superior a 360 dias) aplicado sobre o volume corrente de desembolsos dos financiamentos em contratos sem garantia do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) ou do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), ambos fundos de natureza privada com patrimônio constituído.

Em 2019, visando o alinhamento às práticas internacionais de finanças públicas, se promoveu a alteração do registro do Imposto sobre a Renda e Proventos arrecadado pelos estados e municípios para o Governo Central. Esta alteração busca atender orientação expressa no GFSM 2014 §5.34, que indica que o imposto deve ser atribuído à unidade de governo que exerce a autoridade para impor o imposto e definir suas alíquotas. Por se tratar de imposto de competência federal, conforme estabelece o inciso III do Art. 153 da Constituição Federal, o atendimento da recomendação indica o registro na esfera federal. Até o momento essa arrecadação era mantida nas esferas subnacionais, conforme os valores registrados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI.

Para adequar os lançamentos desta arrecadação foram realizados os seguintes ajustes: 1) na esfera federal os valores das arrecadações de estados e municípios foram lançados como receita de impostos sobre a renda e o mesmo valor como despesa de transferência intergovernamental; 2) nos estados e municípios os valores arrecadados foram reclassificados de impostos sobre a renda para receita transferências intergovernamentais. Esta alteração metodológica não gera impacto nos saldos das tabelas de finanças públicas.

Em 2020 foram realizadas alterações no Demonstrativo de Operações, o qual apresenta detalhes das transações de receita e gasto, bem como o investimento líquido em ativos não financeiros. Na estrutura anterior o conceito de despesa era atribuído ao que, agora, denomina-se gasto. A mudança de nomenclatura foi introduzida a fim de transmitir de maneira mais clara os conceitos do marco metodológico do MEFP 2014. Assim, essa alteração visa evidenciar a diferença entre as transações que resultam em uma diminuição do patrimônio líquido e aquelas que não o modificam, enquanto as

transações que não alteram o patrimônio líquido compõem o investimento. As despesas passam, portanto, a serem entendidas como a soma dos gastos e do investimento líquido.

A estrutura do Demonstrativo de Operações também foi reorganizada para evidenciar o principal indicador derivado do marco analítico do MEFP 2014 que é a capacidade / necessidade líquida de financiamento.

Adicionalmente, foi realizado um ajuste na metodologia de consolidação. A discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais passou a ser considerada no total das 3 esferas. Essa discrepância é ajustada proporcionalmente nos valores de receita de transferências dos governos regionais, de modo a igualar os fluxos de receitas e despesas de transferências. Posteriormente, com o intuito de manter os valores da receita total dos entes, o valor incluído nas transferências é deduzido de outras receitas. Maiores informações estão disponíveis na Nota Metodológica nº 1 - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral disponível no site do Tesouro Nacional em:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

3.6. Comparações com outras estatísticas fiscais

Os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como, por exemplo, as estatísticas fiscais divulgadas no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), que observam aspectos metodológicos específicos.

O RTN, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no GFSM 1986. Este manual tinha como objetivo ajudar os países membros na compilação de informações estatísticas, facilitando a análise das operações dos governos e o impacto econômico de suas atividades. As estatísticas de finanças públicas aqui apresentadas são elaboradas de acordo com a metodologia definida GFSM 2014. Uma vez que se baseiam em edições diferentes do manual, existem diferenças conceituais entre as duas publicações.

Da mesma forma as estatísticas dos governos subnacionais apresentadas neste boletim não se confundem com as informações contidas no “Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais” que são produzidas no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), cujo principal objetivo é verificar o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Ajuste estabelecidos como decorrência do processo de Renegociação das Dívidas dos estados. Assim, o objetivo principal desta base de dados é fornecer informações que permitam à STN avaliar a sustentabilidade da trajetória do endividamento dos estados.

3.7. Fontes externas e publicações relacionadas

Base de dados:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Manual de Estatísticas Fiscais: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-estatisticas-de-financas-publicas-mefp/2015/30>

Government Finance Statistics Manual 2014:

<http://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>